

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

**Prezados Acionistas,** É com satisfação que apresentamos as Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2019 da Unimed Saúde e Odonto S.A. (“Operadora”) e o relatório dos auditores independentes. **Conjuntura econômica:** O ano de 2019 fechou com indicadores econômicos dentro das expectativas do governo. A prévia do PIB é de 0,89% no ano, ficando pouco abaixo da meta do governo de 1,12%. A queda foi ocasionada, principalmente pelo consumo das famílias no último trimestre de 2019. O IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo fechou o ano em 4,31%, pouco acima da meta estipulada de 4,15%. O desempenho teve uma redução no final de 2019, atingindo 11,0% da população econômica ativa, com cerca de 11,4 milhões de brasileiros. A taxa de juros fechou o ano de 2019 em 4,20%. O ano de 2019 foi

bom para o segmento de planos exclusivamente odontológicos, com crescimento no número de beneficiários de aproximadamente 1,7 milhão de novos beneficiários, fechando o ano de 2019 com 26,0 milhões de beneficiários exclusivamente odontológicos. **Desempenho Econômico-Financeiro:** A Unimed Saúde e Odonto S.A. encerrou o ano de 2019 com R\$ 90,5 milhões em contraprestações líquidas, apresentando um crescimento de 22,6% em relação ao exercício anterior. Os eventos indenizáveis líquidos totalizaram R\$ 40,8 milhões (R\$ 33,1 milhões em 2018), com sinistralidade de 47,4% (47,2% em 2018). O resultado financeiro alcançou R\$ 4,4 milhões em 2019, aumento de 15,5% em relação ao mesmo período do exercício anterior. Com a queda na taxa de juros a Operadora precisou diversificar mais seus investimentos financeiros,

buscando maximizar os ganhos financeiros. As despesas administrativas e as receitas e despesas operacionais registraram um aumento de 7,6%, totalizando R\$ 25,4 milhões em 2019 (R\$ 23,6 milhões em 2018). O lucro do exercício de 2019 no montante de R\$ 10,7 milhões está sendo utilizado para compensação de prejuízos acumulados e o saldo restante para distribuição do dividendo mínimo obrigatório. Os ativos totais totalizaram R\$ 85,9 milhões ao final de 2019 (R\$ 71,9 milhões em 2018), o que representa um aumento de 19,5% em relação ao exercício anterior. O aumento decorre do crescimento da carteira de investimentos, devido o aumento da operação odontológica e redução de custos, que trouxeram um maior volume de recursos a Operadora. **Capital Social:** O patrimônio líquido da Operadora alcançou R\$ 68,2 milhões em

dezembro de 2019, representado por 100.000.000 de ações. **Remuneração aos acionistas:** Após as deduções relativas à reserva legal, é assegurado aos acionistas um dividendo mínimo de 10% do lucro líquido, conforme estabelecido no Estatuto Social. **Agradecimentos:** Agradecemos aos acionistas pela confiança nos negócios, aos segurados, aos beneficiários, aos corretores que nos honram pela sua preferência, aos nossos colaboradores pela dedicação e profissionalismo e as autoridades ligadas às nossas atividades, em especial à Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) pela renovada confiança em nós depositada.

São Paulo, 19 de fevereiro de 2020  
**A Administração**

**BALANÇOS PATRIMONIAIS Em 31 de dezembro de 2019 e 2018**  
*(Em milhares de reais)*

Ativo	Notas	2019	2018
<b>Circulante</b>		<b>67.852</b>	<b>52.265</b>
Disponível		2.079	1.140
Realizável		65.774	51.125
Aplicações financeiras	5	59.310	45.177
Aplicações garantidoras de provisões técnicas		2.184	1.546
Aplicações livres		57.126	43.631
Crédito de operações com planos de assistência odontológica		1.501	2.582
Contraprestação pecuniária a receber	6	1.372	1.887
Contraprestações corresponsabilidade assumida	6	129	695
Despesas diferidas	7	3.099	1.036
Créditos tributários e previdenciários	8	1.222	1.100
Bens e títulos a receber	9	639	1.128
Despesas antecipadas		3	102
<b>Não circulante</b>		<b>18.095</b>	<b>19.647</b>
Realizável a longo prazo		17.508	18.742
Aplicações financeiras	5	16.080	18.121
Aplicações garantidoras de provisões técnicas		14.035	12.180
Aplicações livres		2.045	5.941
Créditos tributários e previdenciários	8	273	207
Depósitos judiciais e fiscais	14	1.155	419
<b>Imobilizado</b>	<b>10.a</b>	<b>133</b>	<b>83</b>
Imobilizado de uso próprio		133	83
Imobilizado hospitalares/odontológicos		33	-
Imobilizado não odontológicos		100	83
Intangível	10.b	454	817
<b>Total do ativo</b>		<b>85.948</b>	<b>71.912</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Passivo	Notas	2019	2018
<b>Circulante</b>		<b>14.332</b>	<b>12.391</b>
Provisões técnicas de operações de assistência odontológica	11	9.879	8.533
Provisão de contraprestação não ganha (PPCNG)		310	341
Provisão de eventos a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais		5.213	4.461
Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA)		4.356	3.731
Débitos de operações de assistência odontológica		1.702	1.345
Contraprestações a Restituir		5	7
Receita antecipada de contraprestações		20	10
Comercialização sobre operações		1.677	1.328
Tributos e encargos sociais a recolher	12	836	1.072
Débitos diversos	13	1.915	1.441
<b>Não circulante</b>		<b>3.425</b>	<b>1.895</b>
Provisões	14	3.425	1.873
Provisões para ações judiciais		3.425	1.873
Tributos e encargos sociais a recolher	12	-	22
<b>Patrimônio líquido</b>		<b>68.191</b>	<b>57.626</b>
Capital social	15	68.134	68.134
Reservas de lucros		117	-
Ajustes de avaliação patrimonial	(60)	-	43
Prejuízos acumulados		-	(10.551)
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>85.948</b>	<b>71.912</b>

**DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018**  
*(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)*

	Notas	2019	2018
<b>Contraprestações efetivas de plano de assistência odontológica</b>		<b>86.195</b>	<b>70.230</b>
Receitas com operações de assistência odontológica		90.467	73.799
Contraprestações líquidas	17.a	90.467	73.799
(-) Tributos diretos de operações com planos de assistência odontológica da operadora	17.b	(4.272)	(3.569)
<b>Eventos indenizáveis líquidos</b>		<b>(40.828)</b>	<b>(33.118)</b>
Eventos conhecidos	17.c	(40.203)	(32.672)
Variação da provisão de eventos ocorridos e não avisados		(625)	(446)
<b>Resultado das operações com planos de assistência odontológica</b>		<b>45.367</b>	<b>37.112</b>
Outras receitas operacionais de planos de assistência odontológica	17.e	99	-
<b>Receitas de assistência odontológica não relacionadas com planos odontológicos da operadora</b>	<b>17.e</b>	<b>-</b>	<b>22</b>
Outras receitas operacionais		-	22
Outras despesas operacionais com plano de assistência odontológica	17.e	(4.043)	(1.599)
Outras despesas de operações de planos de assistência odontológica		(3.783)	(1.838)
Provisão para perdas sobre créditos		(260)	239
Outras despesas operacionais de assistência odontológica não relacionadas com planos odontológicos da operadora	17.e	(1.283)	(759)
<b>Resultado bruto</b>		<b>40.140</b>	<b>34.776</b>
Despesas de comercialização	17.d	(9.650)	(7.189)
Despesas administrativas	17.f	(20.125)	(21.220)
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>17.g</b>	<b>4.379</b>	<b>3.792</b>
Receitas financeiras		4.729	4.007
Despesas financeiras		(350)	(215)
<b>Resultado antes dos impostos e participações</b>		<b>14.744</b>	<b>10.159</b>
Imposto de renda	18	(2.600)	(1.731)
Contribuição social	18	(996)	(651)
Participações sobre o lucro		(465)	(306)
<b>Resultado líquido</b>		<b>10.683</b>	<b>7.471</b>
Quantidade de ações	15.a	100.000.000	100.000.000
Lucro por ação		0,11	0,07

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018**  
*(Em milhares de reais)*

	2019	2018
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>10.683</b>	<b>7.471</b>
Ajustes com títulos e valores mobiliários	(103)	36
Varição do valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	(156)	54
Imposto de renda e contribuição social sobre os resultados abrangentes	53	(18)
<b>Resultado abrangente do exercício, líquido de impostos</b>	<b>10.580</b>	<b>7.507</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018**  
*(Em milhares de reais)*

Atividades operacionais	2019	2018
Recebimento de planos odontológicos	91.162	73.001
Pagamentos a fornecedores/prestadores de serviços odontológicos	(39.550)	(31.610)
Pagamento de comissões	(9.031)	(6.968)
Pagamento de pessoal	(11.717)	(9.033)
Pagamento de serviços terceiros	(4.440)	(4.069)
Pagamento de tributos	(8.835)	(6.596)
Pagamento de promoção/publicidade	(1.988)	(564)
Resgate de aplicações financeiras	68.969	95.831
Aplicações financeiras	(77.494)	(133.936)
Outros pagamentos operacionais	(5.950)	(15.547)
<b>Caixa líquido gerado/(consumido) das atividades operacionais</b>	<b>1.126</b>	<b>(29.491)</b>
<b>Atividades de investimento</b>		
Pagamento de aquisição de ativo imobilizado	(90)	(7)
Pagamento de aquisição de projeto em desenvolvimento	(97)	-
<b>Caixa líquido consumido das atividades de investimento</b>	<b>(187)</b>	<b>(7)</b>
<b>Atividades de financiamento</b>		
Integralização de capital	-	30.000
<b>Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento</b>	<b>-</b>	<b>30.000</b>
<b>Varição de caixa e equivalente de caixa</b>	<b>939</b>	<b>502</b>
<b>Caixa - no início do exercício</b>	<b>1.140</b>	<b>638</b>
<b>Caixa - no final do exercício</b>	<b>2.079</b>	<b>1.140</b>
Ativos livres no início do exercício	49.572	13.902
Ativos livres no final do exercício	59.171	49.572
<b>Diminuição nas aplicações financeiras - Recursos livres</b>	<b>(9.599)</b>	<b>(35.670)</b>

A conciliação entre o lucro líquido e o fluxo de caixa líquido das atividades operacionais está apresentada na Nota 19.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018**  
*(Em milhares de reais)*

	Capital social	Reservas de lucros Legal	Reservas de lucros Estatutária	Avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>38.134</b>	-	-	<b>7</b>	<b>(18.022)</b>	<b>20.119</b>
Aumento de capital - conforme AGE de 15/02/2018	30.000	-	-	-	-	30.000
Ajuste de títulos e valores mobiliários	-	-	-	36	-	36
Lucro do exercício	-	-	-	-	7.471	7.471
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>68.134</b>	-	-	<b>43</b>	<b>(10.551)</b>	<b>57.626</b>
Ajuste de títulos e valores mobiliários	-	-	-	(103)	-	(103)
Lucro do exercício	-	-	-	-	10.683	10.683
Proposta de destinação do lucro:						
Reserva legal	-	6	-	-	(6)	-
Reserva estatutária	-	-	111	-	(111)	-
Dividendos	-	-	-	-	(15)	(15)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>68.134</b>	<b>6</b>	<b>111</b>	<b>(60)</b>	<b>-</b>	<b>68.191</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
*(Em milhares de reais)*

**1 CONTEXTO OPERACIONAL**

A Unimed Saúde e Odonto S.A. (doravante denominada por “Operadora”), registrada na ANS sob nº 41680-1, é uma Operadora de planos odontológicos que tem como missão tornar acessível à sociedade soluções em saúde bucal, baseada no modelo de atenção integral da saúde, com excelência no atendimento e valorização do profissional, e que faz parte do Sistema Cooperativo Unimed, que é formado pelas cooperativas médicas que atuam sob a denominação Unimed, pelas suas federações, pela confederação nacional e por empresas associadas. A Operadora atua de forma integrada com esse conjunto de organizações e mantém com elas diversas operações. A Operadora compartilha com sua Controladora direta e indireta, Unimed Seguros Saúde S.A. e Unimed Seguradora S.A., certos componentes da estrutura operacional e administrativa, sendo o custo correspondente atribuído a cada uma das empresas segundo critérios estabelecidos pela Administração. A Operadora é controlada direta da Unimed Seguros Saúde S.A. e controlada indireta da Unimed Seguradora S.A., cujo controlador final pertence à Unimed Participações S.A. A Operadora é uma sociedade por ações e está subordinada às diretrizes e normas da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), à qual compete regulamentar, acompanhar e fiscalizar as atividades das operadoras de planos privados de assistência à saúde, inclusive políticas de comercialização de planos odontológicos, de reajustes de preços e normas financeiras e contábeis.

**2 BASE PARA PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**a. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram elaboradas conforme os dispositivos da Resolução Normativa ANS nº 435, de 23 de novembro de 2018 e alterações posteriores, e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendadas pela ANS. Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 19 de fevereiro de 2020. **b. Base para preparação:** Na elaboração das presentes demonstrações financeiras foi observado o modelo de preparação contido na Resolução Normativa nº 435/18, sendo apresentadas segundo os critérios de comparabilidade estabelecidos pelo Pronunciamento CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis. **c. Continuidade:** A Administração considera que a Operadora possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade da Operadora continuar operando, portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio. **d. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o custo histórico, com exceção dos seguintes itens no balanço patrimonial: • Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado; • Ativos financeiros disponíveis para venda; e • Provisões técnicas, mensuradas de acordo com as determinações da ANS. **e. Moedas funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Operadora. Todas as informações financeiras apresentadas foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **f. Utilização de estimativas e julgamento:** A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as normas referendadas pela ANS e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração registre determinados valores de ativos, passivos, receitas e despesas com base em estimativa, as quais são estabelecidas a partir de julgamentos e premissas quanto a eventos futuros. Os valores reais de liquidações das operações podem divergir dessas estimativas em função da subjetividade inerente ao processo de sua determinação. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revistas e em quaisquer períodos futuros afetados. As notas explicativas: 5 - aplicações financeiras, 6.d - Provisão para perdas sobre créditos, 11 - Movimento das provisões técnicas e 14 - provisões para ações judiciais incluem: (i) informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; (ii) informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil. **g. Segregação entre circulante e não circulante:** A Operadora efetuou a segregação de seus patrimônios em circulante quando estes atendem às seguintes premissas: Espere-se que seja realizado ou liquidado, ou pretenda-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional (12 meses) da Operadora. **h. Normas, alterações e interpretações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela Operadora:** Novas normas ou alterações de normas e interpretações são efetivas para exercícios iniciados em e após 1º de janeiro de 2020 quando referendadas pela ANS. Entre aquelas que podem ser relevantes para a Operadora, encontra-se: **(i) CPC 48 - Instrumentos Financeiros:** O CPC 48 (IFRS 9) - Instrumentos Financeiros introduz um novo requerimento para a classificação e mensuração de ativos financeiros, incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e os novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros do IAS 39 (CPC 38). O CPC 48 será aplicável quando referendado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). **(ii) CPC 06 (R2) - Operações com arrendamento mercantil:** A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial das companhias arrendatárias, e reconhecendo um ativo de direito de uso, que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado, e um passivo de arrendamento, que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Incentivos opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) - Operações de Arrendamento Mercantil e o CPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. O CPC 06 (R2) será aplicável quando referendado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). **(iii) IFRS 17 - Contratos de Seguros:** A IFRS 17 - Contratos de Seguros, divulgada em 2017, veio para substituir a IFRS 4 apresentada em 2004 como norma interna. A IFRS 17 é mais abrangente e contempla o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação. A norma combina uma mensuração do balanço patrimonial dos passivos de contratos de seguro com o reconhecimento do lucro pelo período em que ocorrer a vigência do contrato. Mudanças nas estimativas de fluxo de caixa futuro também deverão ser reconhecidas durante o período de vigência do contrato. A IFRS 17 será aplicável quando referendado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). **(iv) Resolução Normativa - RN nº 442/2018:** Em 20 de dezembro de 2018, a Resolução Normativa RN nº 393/2015, que dispõe sobre critérios de constituição de Provisões Técnicas no mercado de operadoras de planos de assistência à saúde, através da Resolução Normativa RN nº 442, foi alterada, passando a instituir: (i) a constituição da Provisão de Eventos/Sinistros Ocorridos e Não Avisados ocorridos no SUS - PEONA SUS, referente à estimativa do montante de eventos/sinistros originados no Sistema Único de Saúde, que tenham ocorrido e que não tenham sido avisados à Operadora; (ii) a constituição da Provisão para Insuficiência de Contraprestação/Prêmio - PIC, referente à insuficiência de contraprestação/prêmio para a cobertura dos eventos/sinistros a ocorrer, quando constatada. A referida resolução entrou em vigor em 1º de janeiro de 2020, e os impactos decorrentes da aplicação da referida Norma, são os que se seguem: • Provisão para Insuficiência de Contraprestação/Prêmio - PIC - A Companhia procedeu ao cálculo da referida provisão de acordo com os requerimentos da RN 442/18 e não foi identificada insuficiência. Portanto, nenhuma provisão será constituída.

**3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS**

As políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os exercícios apresentados. **a. Caixa e equivalentes de caixa:** Representam numerário disponível em caixa e em contas bancárias. Esses ativos apresentam risco insignificante de mudança do valor justo e são monitorados pela Operadora para o gerenciamento de seus compromissos no curto prazo. **b. Ativos Financeiros:** A Operadora classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: (i) ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, (ii) ativos financeiros mantidos até o vencimento, (iii) ativos financeiros disponíveis para venda, (iv) determinação do valor justo e (v) redução ao valor recuperável de ativos financeiros. A classificação dentre as categorias é definida pela Administração no momento inicial e depende da estratégia pela qual o ativo foi adquirido. **(i) Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado quando a Operadora gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos. Esses ativos são mensurados pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. **(ii) Ativos financeiros mantidos até o vencimento:** São classificados nessa categoria caso a Administração tenha intenção e a capacidade de manter esses ativos financeiros até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são registrados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. **(iii) Ativos financeiros disponíveis para venda:** Ativos financeiros disponíveis para venda são ativos não derivativos que não são classificados em nenhuma das ca-

tegorias anteriores. Após o reconhecimento inicial, eles são mensurados pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas nos resultados abrangentes e registradas no patrimônio líquido pelo valor líquido dos respectivos efeitos tributários sobre os ganhos (perdas) não realizados. Quando um investimento é realizado, o saldo acumulado e os juros são transferidos para o resultado. **(iv) Determinação do valor justo:** O valor das aplicações em fundos de investimentos foi obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos. Os títulos de renda fixa públicos tiveram seu valor justo obtido a partir das tabelas de referência divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). Para os títulos de renda fixa privados denominados CDBs, debêntures e letras financeiras, utiliza-se a metodologia própria do custodiante, que pode utilizar o spread médio calculado a partir dos preços médios das operações realizadas e registradas no Sistema Nacional de Debêntures. Os títulos de renda variável tiveram seu valor justo obtido a partir da última cotação publicada pela B3 - Brasil, Bolsa, Balcão. As aplicações financeiras são custodiadas, registradas e negociadas na B3 - Brasil, Bolsa, Balcão, Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC), Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP) e na Central Brasileira de Liquidação e Custódia (CBLC). **(v) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:** Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título. As perdas de valor (redução ao valor recuperável) dos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida no patrimônio líquido para o resultado. As perdas dos demais ativos são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente, quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. **(vi) Empreéstimos e recebíveis:** São ativos financeiros não derivativos com pagamentos determináveis, que não são cotados em mercados ativos. Esses ativos são deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável e compreendem, substancialmente, “Contraprestações pecuniárias a receber”. **c. Redução ao valor recuperável de contraprestações a receber:** A Operadora reconhece uma provisão para perdas sobre créditos referente as contraprestações a receber com base em estudo e acompanhamento mensal de inadimplência histórica, e a mensura considerando a totalidade dos prêmios a receber vencidos acima de 30 dias. **d. Ativo imobilizado:** Os itens do imobilizado são avaliados pelo custo histórico de aquisição menos a depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento. A depreciação é reconhecida no resultado pelo método linear considerando a vida útil econômica estimada de cada parte de um bem do imobilizado, sendo depreciado conforme se segue: • Bens móveis: 5 a 10 anos; • Instalações: 5 a 10 anos; e • Outros: 5 a 10 anos. **e. Ativos intangíveis:** Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Operadora, são reconhecidos como ativos intangíveis quando é possível demonstrar a intenção e capacidade de concluir o desenvolvimento e que benefícios econômicos futuros serão gerados. Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com terceiros e equipes internas allocated no desenvolvimento de software. Outros gastos com desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquiri-las e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada. A Operadora revisou a vida útil estimada de seus

continuação

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
(Em milhares de reais)

**d. Risco de crédito:** o risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Operadora a incorrer em perdas financeiras. Os critérios para a escolha dos emissores dos ativos de crédito passam por uma avaliação interna onde os investimentos (ou reinvestimentos) são realizados somente com contrapartes com alta classificação de rating de crédito, e têm seus ratings avaliados por agências renomadas atuantes no mercado (*Fitch Ratings, Moody's e Standard & Poor's*). A exposição da Operadora e as avaliações de crédito de suas contrapartes são continuamente monitoradas, revistas e aprovadas pelo Comitê de Investimentos. Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, a carteira de ativos financeiros da Operadora está alocada nas instituições com as seguintes classificações de risco:

	2019		2018	
	Valor	%	Valor	%
<b>Nota</b>				
Sobretano	6.040	8%	2.790	4%
AAA	3.467	4%	6.379	9%
AA	15.652	20%	12.796	19%
A	9.874	12%	1.180	2%
Total em Risco	35.033	44%	23.145	34%
em Classificação	24.576	59%	45.003	66%
<b>Total</b>	<b>79.609</b>	<b>100%</b>	<b>68.148</b>	<b>100%</b>

O risco de crédito de prêmios a receber é observado e calculado com base nas políticas de perdas sobre créditos a receber. **Risco de concentração de investimentos:** Possibilidade de agravamento das perdas no valor da carteira, causado pela não diversificação dos investimentos. **e. Risco operacional:** Risco operacional é a possibilidade de perda decorrente de processos internos inadequados ou deficientes, erros, fraudes ou falhas nas operações ou eventos externos que causem prejuízos às suas atividades normais ou danos aos seus ativos físicos. **Controle do risco operacional:** A metodologia de Gestão de Riscos da Unimed Saúde e Odonto S.A. tem como base os componentes e princípios do framework do COSO ERM e COSO 2013, que tem como objetivo preparar uma gestão integrada e eficaz, em linha com as melhores práticas utilizadas no mercado nacional e internacional para proposição e implementação do modelo corporativo de gestão de riscos, controles e segurança. O processo de gestão de riscos da Unimed Saúde e Odonto S.A. é conduzido pela Área de Gestão de Riscos e está estruturado da seguinte forma: **(i) Identificação dos riscos:** O objetivo desta etapa consiste na descrição da metodologia a ser aplicada pelas equipes de Processos e Gestão de Riscos no apoio às áreas de negócio e apoio, para identificar, mapear e associar os riscos aos subprocessos da Operadora. Podemos separar a etapa de identificação em cinco atividades principais: • Mapear os processos; • Identificar os riscos e fatores de riscos; • Identificar os controles e associá-los aos riscos; • Identificar normas

e regulamentações; e • Identificação de deficiências. **(ii) Mensuração e avaliação:** O objetivo desta etapa consiste na descrição da metodologia a ser aplicada pela área de Gestão de Riscos no suporte às áreas de negócio e apoio, para mensurar e avaliar os riscos da Operadora. Destacamos como principais atividades desta etapa: • Classificação do impacto; • Realizar a autoavaliação do ambiente de controle; • Realizar o walk-through e testes; • Avaliação da aderência aos normativos; e • Avaliação dos riscos residuais. **(iii) Resposta ao risco (mitigação e controle):** Para os riscos identificados sem controles associados e/ou controles testados e considerados inefetivos, sejam por falha no desenho do controle ou falta de eficiência do controle, a área de Gestão de Riscos apoia os gestores das áreas de negócio e apoio na definição da resposta aos riscos. Para orientar a tomada de decisão, deve ser definida a resposta aos riscos, conforme as categorias descritas abaixo: • Evitar: não correr o risco e descontinuar as atividades que geram riscos. Evitar o risco pode implicar na descontinuação de uma linha de serviços, divisão de negócios, processos ou subprocessos; • Mitigar: ações são tomadas para reduzir a probabilidade de materialização e/ou severidade do risco. Esta resposta envolve o aprimoramento ou criação de controles e melhorias em processos ou subprocessos; • Compartilhar: atividades que visam reduzir a probabilidade de ocorrência e/ou severidade do risco, por meio da transferência ou compartilhamento de uma parte do risco, por exemplo: cosseguro, resseguro ou outsourcing; e • Aceitar: nenhuma ação é tomada para influenciar a probabilidade de ocorrência e/ou severidade do risco. Para os riscos que as áreas gestoras não optarem por "evitar" ou "aceitar", deverão ser definidos planos de ação para correção/melhoria do ambiente de controle, visando à mitigação do risco. **(iv) Monitoramento:** Tendo como base os riscos avaliados na etapa de Mensuração e Avaliação, a área de Gestão de Riscos define indicadores com foco nos riscos priorizados (riscos considerados com impacto "alto"). Os resultados dos indicadores são acompanhados periodicamente. **(v) Reporte:** A etapa de reporte contempla a responsabilidade da área de Gestão de Riscos no apoio às áreas gestoras, assegurando o reporte do processo de Gestão de Riscos à alta Administração da Operadora. **f. Concentração de riscos:** A concentração apresentada é baseada no faturamento líquido obtido no exercício, porém, a distribuição de beneficiários é bem menos concentrada devido aos participantes dos planos de saúde empresarial, não estarem situados na mesma localização de seus estipulantes.

	Centro-Oeste	Nordeste	Sudeste	Sul	Total					
2019	10.116	11%	9.744	11%	58.961	65%	11.646	13%	90.467	100%
<b>g. Principais ramos de atuação:</b> Aproximadamente 94,5% da carteira está concentrada em Planos Coletivos cujos riscos são minimizados através das revisões anuais dos contratos, visando o equilíbrio atuarial. A concentração de Planos Individuais ou Familiares é de apenas 5,5% sendo esta carteira reajustada anualmente por índice contratualmente pré-fixado.										

**5 APLICAÇÕES FINANCEIRAS**

a. Resumo da classificação:

Títulos	Vencimentos				Ativos			Total				
	Níveis	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Sem Vencimento	Valor Contábil	Valor Custo Atualizado	Ajuste a valor justo	2019	%	2018	%
<b>Valor justo por meio do resultado</b>		<b>2.939</b>	<b>2.454</b>	<b>647</b>	<b>41.674</b>	<b>47.714</b>	<b>47.924</b>	<b>(210)</b>	<b>47.714</b>	<b>63%</b>	<b>40.930</b>	<b>65%</b>
Quotas de Fundos de Renda Fixa	2	-	-	-	-	41.674	41.674	-	41.674	55%	40.930	65%
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1	2.939	2.454	647	-	6.040	6.250	(210)	6.040	8%	-	-
<b>Disponível para venda</b>		<b>11.596</b>	<b>8.798</b>	<b>1.966</b>	<b>22.360</b>	<b>22.547</b>	<b>(187)</b>	<b>22.360</b>	<b>30%</b>	<b>18.244</b>	<b>29%</b>	
Depósito bancário a prazo (CDB)	2	9.137	-	-	-	9.137	9.141	(4)	9.137	12%	757	1%
Debêntures	2	-	5.740	1.966	-	7.706	7.802	(96)	7.706	10%	7.370	12%
Letra Financeira (LF)	2	2.459	3.058	-	-	5.517	5.604	(87)	5.517	7%	7.427	12%
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.790	4%
<b>Mantidos até o vencimento</b>			<b>2.556</b>	<b>2.760</b>	<b>5.316</b>	<b>6.033</b>	<b>(717)</b>	<b>5.316</b>	<b>7%</b>	<b>4.024</b>	<b>6%</b>	
Debêntures	2	-	-	2.760	-	2.760	3.117	(357)	2.760	4%	2.648	4%
Letra Financeira (LF)	2	-	2.556	-	-	2.556	2.916	(360)	2.556	3%	1.376	2%
<b>Total</b>		<b>14.535</b>	<b>13.808</b>	<b>5.373</b>	<b>41.674</b>	<b>75.390</b>	<b>76.504</b>	<b>(1.114)</b>	<b>75.390</b>	<b>100%</b>	<b>63.298</b>	<b>100%</b>

b. Hierarquia do valor justo: Os valores de referência foram definidos como se segue: • **Nível 1:** títulos com cotação em mercado ativo; • **Nível 2:** títulos não cotados nos mercados abrangidos no "Nível 1", mas que cuja precificação é direta ou indiretamente observável; e • **Nível 3:** títulos que não possuem valor justo determinado com base em um mercado observável. Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, não houve reclassificação entre as categorias dos referidos ativos financeiros, bem como entre níveis hierárquicos.

c. Taxa de juros contratada:

Títulos	Classe	Taxa de Juros Contratada	2019	
Quotas de Fundos de Renda Fixa	Fundos de Renda Fixa		41.674	
Depósito bancário a prazo (CDB)	Títulos Privados Renda Fixa	103,91%	CDI 9.137	
Debêntures	Títulos Privados Renda Fixa	101,50%	CDI 4.896	
		CDI+	1,15%	2.811
		IGPM+	6,10%	1.101
		IPCA+	6,00%	1.658
Letra Financeira (LF)	Títulos Privados Renda Fixa	107,56%	CDI 5.517	
		IPCA+	6,10%	708
		PRE	9,86%	1.848
Letras Financeiras do Tesouro	Títulos Públicos pós-fixados	100%	SELIC 6.040	
<b>Total</b>			<b>75.390</b>	

d. Movimentação das aplicações financeiras:

	2019	2018
<b>Saldo Inicial do Exercício</b>	<b>63.298</b>	<b>22.128</b>
Aplicação	77.494	133.936
Resgate	(68.969)	(95.831)
IR	(776)	(783)
Receita Financeira	4.499	3.794
Ajuste a valor de mercado	(156)	54
<b>Saldo Final do Exercício</b>	<b>75.390</b>	<b>63.298</b>

e. Garantia das provisões técnicas:

	2019	2018
Provisões técnicas	9.879	8.533
<b>Total a ser coberto</b>	<b>9.879</b>	<b>8.533</b>
Títulos de renda fixa - públicos	2.184	2.790
Títulos de renda fixa - privados	14.035	10.936
<b>Total de ativos em garantia</b>	<b>16.219</b>	<b>13.726</b>
<b>Suficiência de cobertura</b>	<b>6.340</b>	<b>5.193</b>

**6 CRÉDITOS DE OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA**

	2019	2018
<b>Contraprestações a receber:</b>		
Contraprestação a receber - pessoa física e jurídica	6.162	6.986
Contraprestação de coresponsabilidade assumida	129	695
(-) Provisão para perdas sobre créditos	(4.790)	(5.099)
<b>Total</b>	<b>1.501</b>	<b>2.582</b>

	2019	2018
<b>Contraprestações pendentes no início do exercício</b>	<b>7.681</b>	<b>6.837</b>
Contraprestações emitidas	90.212	72.721
Contraprestação coresponsabilidade assumida	(566)	695
Recebimentos	(90.467)	(73.001)
Baixa contraprestações incorráveis	(569)	429
<b>Contraprestações pendentes no final do exercício</b>	<b>6.291</b>	<b>7.681</b>

**10 IMOBILIZADO E INTANGÍVEL**

a. Imobilizado:

	2019				Taxas anuais				
	Saldo em 2018	Aquisições	Baixas	Depreciação	Saldo em 2019	Custo de aquisição	Depreciação acumulada	Valor líquido	de depreciação (%)
<b>Hardware</b>	5	-	-	-	5	49	(44)	5	20%
Móveis, máquinas e utensílios	63	37	-	(18)	82	219	(138)	82	10%
Equipamentos	15	53	-	(22)	46	93	(47)	46	10%
<b>Total</b>	<b>83</b>	<b>90</b>	<b>-</b>	<b>(40)</b>	<b>133</b>	<b>361</b>	<b>(229)</b>	<b>133</b>	

	2018				Taxas anuais				
	Saldo em 2017	Aquisições	Baixas	Depreciação	Saldo em 2018	Custo de aquisição	Depreciação acumulada	Valor líquido	de depreciação (%)
<b>Hardware</b>	5	-	-	-	5	49	(44)	5	20%
Móveis, máquinas e utensílios	79	4	(2)	(18)	63	182	(119)	63	10%
Equipamentos	18	3	-	(6)	15	40	(25)	15	10%
<b>Total</b>	<b>102</b>	<b>7</b>	<b>(2)</b>	<b>(24)</b>	<b>83</b>	<b>271</b>	<b>(188)</b>	<b>83</b>	

b. Intangível:

	2019				Taxas anuais			
	Saldo em 2018	Aquisições	Amortização	Saldo em 2019	Custo de aquisição	Amortização acumulada	Valor líquido	de amortização (%)
<b>Software</b>	817	-	(460)	357	27.053	(26.696)	357	20%
Software em desenvolvimento	-	97	-	97	97	-	97	-
<b>Total</b>	<b>817</b>	<b>97</b>	<b>(460)</b>	<b>454</b>	<b>27.150</b>	<b>(26.696)</b>	<b>454</b>	

	2018				Taxas anuais			
	Saldo em 2017	Aquisições	Amortização	Saldo em 2018	Custo de aquisição	Amortização acumulada	Valor líquido	de amortização (%)
<b>Software</b>	1.393	-	(576)	817	3.684	(2.867)	817	20%
Aquisição de carteira (*)	2.286	-	(2.286)	-	23.369	(23.369)	-	29,4% (**)
<b>Total</b>	<b>3.679</b>	<b>-</b>	<b>(2.862)</b>	<b>817</b>	<b>27.053</b>	<b>(26.236)</b>	<b>817</b>	

(\*) Refere-se à aquisição de carteira Unimed Vitória em março de 2016. (\*\*) Média das taxas de amortização utilizadas ao longo do exercício.

**11 MOVIMENTAÇÃO DE PROVISÕES TÉCNICAS**

	Provisão	Provisão de Eventos	Provisão	Total
	Contraprestação Não Ganha (PPCNG)	Ocorridos e Não Avisado (PEONA)	de Eventos a Liquidar (PEL)	
<b>Saldo em 2018</b>	<b>341</b>	<b>3.731</b>	<b>4.461</b>	<b>8.533</b>
Constituição	98.885	863	44.823	144.571
Reversão/apropriação	(98.916)	(238)	(4.521)	(103.675)
Pagamentos	-	-	(39.550)	(39.550)
<b>Saldo em 2019</b>	<b>310</b>	<b>4.356</b>	<b>5.213</b>	<b>9.879</b>
	Provisão	Provisão de Eventos	Provisão	Total
	Contraprestação Não Ganha (PPCNG)	Ocorridos e Não Avisado (PEONA)	de Eventos a Liquidar (PEL)	
<b>Saldo em 2017</b>	<b>314</b>	<b>3.285</b>	<b>3.287</b>	<b>6.886</b>
Constituição	7.915	658	36.792	45.365
Reversão	(7.888)	(212)	(4.008)	(12.108)
Pagamentos	-	-	(31.610)	(31.610)
<b>Saldo em 2018</b>	<b>341</b>	<b>3.731</b>	<b>4.461</b>	<b>8.533</b>

**12 TRIBUTOS E ENCARGOS A RECOLHER**

	2019	2018
Impostos sobre serviços - ISS	158	140
Contribuições previdenciárias	187	172
Impostos e contribuições retidos na fonte	212	121
Demais tributos e encargos a recolher	279	639
<b>Circulante</b>	<b>836</b>	<b>1.072</b>
Imposto de renda	-	16
Contribuição social	-	6
<b>Não circulante</b>	<b>-</b>	<b>22</b>
<b>Total</b>	<b>836</b>	<b>1.094</b>

**13 DÉBITOS DIVERSOS**

	2019	2018
Obrigações com pessoal	966	801
Fornecedores	366	298
Depósitos de terceiros	475	15
Despesas compartilhadas	93	327
Dividendos a pagar	15	-
<b>Total</b>	<b>1.915</b>	<b>1.441</b>

**14 PROVISÕES PARA AÇÕES JUDICIAIS**

Natureza	2018		Provisão para ações judiciais		Pagamentos	2019	2018
	Principal	Reversão principal	Atualizações	Reversão de atualizações			
<b>1 - Fiscal</b>	<b>1.709</b>	<b>954</b>	<b>(61)</b>	<b>121</b>	<b>(1)</b>	<b>2.722</b>	<b>634</b>
1.1 - INSS liminar judicial	364	245	-	29	-	638	364
1.2 - Taxa de saúde suplementar	1.003	582	-	71	-	1.656	-
1.3 - PIS processo ISS	14	12	-	1	-	27	-
1.4 - COFINS processo ISS	90	75	-	1	-	172	-
1.5 - COFINS sobre base PIS/COFINS	18	34	(52)	-	(1)	-	-
1.6 - PIS sobre base PIS/COFINS	3	6	(9)	-	-	-	-
1.7 - ISS Lei Complementar 157/16	217	-	-	12	-	229	-
<b>2 - Contingências civis</b>	<b>164</b>	<b>713</b>	<b>(87)</b>	<b>42</b>	<b>(14)</b>	<b>703</b>	<b>521</b>
<b>Total</b>	<b>1.873</b>	<b>1.667</b>	<b>(148)</b>	<b>163</b>	<b>(15)</b>	<b>3.425</b>	<b>1.155</b>

**1. Fiscal: 1.1 INSS Liminar Judicial** - Recolhimento da contribuição previdenciária, sobre verbas trabalhistas. A Operadora através de parecer de seus assessores jurídicos considera como perda possível as seguintes verbas, adicionais de hora-extra e noturno, férias usufruídas, descanso semanal remunerado, e considera como perda provável, salário-maternidade, salário-paternidade e gratificação natalina/13º salário, sendo certo que para estas verbas a empresa vem realizando os depósitos judiciais dos valores e consequentemente constituindo a provisão destes valores. R\$ 638. **1.2 Taxa de Saúde Suplementar (TSS)** - Discute a legalidade da cobrança da referida taxa. Os assessores jurídicos consideram a probabilidade de perda como possível, e para fazer frente a eventual perda financeira ao fim da ação, a Operadora vem provisionando os valores relativos a taxa. R\$ 1.656. **1.3 Excluído do ISS da base de cálculo PIS** - A Operadora através de seus assessores jurídicos considera a probabilidade de perda como possível, e